



IV Congresso de Educação do CPAN  
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

## EXPERIÊNCIA DO APOIO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Franciele Ariene Lopes Santana

Mayra da Paz Wegrzyn

Sinara de Oliveira de Arruda

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Tratando-se de inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior, observa-se uma carência de publicações que descrevam práticas desenvolvidas na área, neste sentido, este trabalho pretende expor o relato de um programa em andamento no Serviço de Psicologia e Acessibilidade Pedagógica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal (SEPAP/UFMS/CPAN). O programa voltado para acompanhamento de acadêmicos com deficiência na universidade foi instituído pela Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) tendo no auxílio financeiro “Apoio Educacional” o custeio de duas bolsas para este fim. O recurso é oriundo da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e constituiu-se como resposta momentânea ao fato da UFMS não possuir código de vaga um profissional específico, conforme normalmente ocorre nas salas de recursos multifuncionais e profissionais de apoio na educação básica. A realidade do campus tornava inadiável que algum tipo de ação fosse desenvolvido, pois a chegada de acadêmicos com deficiência começou a se tornar evidente, tanto na entrada por cotas como por ampla concorrência. Com base no decreto que dispõe sobre o PNAES, as ações da assistência estudantil devem ser organizadas em várias frentes, dentre elas, o cuidado para o acesso, permanência, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. O auxílio implantando prevê, então, a seleção de apoiadores educacionais (discentes da própria UFMS) para oferecerem suporte a esses estudantes, constituindo-se com critérios adotados na última seleção o fato de já ter cursado e concluído com êxito disciplinas relacionadas à educação inclusiva e ter interesse pela atuação na educação inclusiva. O CPAN possui duas apoiadoras, que atualmente auxiliam 4 estudantes.



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

Além das apoiadoras, para contribuir no planejamento e colaborar com as intervenções no CPAN, compôs-se uma comissão de acessibilidade pedagógica (CAP), formada pelos servidores do Espaço de Apoio à Comunidade Acadêmica do CPAN (Psicóloga do SEPAP, Assistente Social e Interprete de Libras) e docentes da área, sendo que as apoiadoras também fazem parte da comissão. A função da CAP é contribuir com o desenvolvimento do acadêmico, visando à utilização mais eficiente de recursos intelectuais, psíquicos e relacionais, respeitando a integração dos aspectos pedagógicos e emocionais; colaborar com a promoção da participação plena e efetiva dos acadêmicos na universidade, por meio de ações concretas junto à comunidade acadêmica (docente, discente, técnico administrativo e gestão); apoiar o desenvolvimento das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, conforme as características, interesses e necessidades de aprendizagem dos acadêmicos; e, apoiar o docente na elaboração da organização didática de suas atribuições acadêmicas de modo a contemplar e atender a diversidade de características dos discentes. Partindo desses objetivos, as atividades estão em constante construção, visto que é uma iniciativa que começou recentemente. O papel das apoiadoras tem sido desenvolvido na co-participação na elaboração de modelo de plano de desenvolvimento individual (PDI) juntamente com a psicóloga; fazer acompanhamento em sala de aula com preenchimento de relatório de observação do acadêmico; também elaboram atividades que auxiliam na vida diária acadêmica que é um ponto de dificuldades, como o domínio tecnológico (acesso e manuseio de computadores, programas de edição de documentos, e-mail, ferramentas de pesquisa *on-line*, etc.) e comportamentos básicos, como providenciar o material (textos e livros, etc.), ser proativo e responsável na execução e entrega das próprias tarefas acadêmicas. Apresenta-se como um desafio da inclusão o desenvolvimento da autonomia desses alunos que parece ter relação com a história vivência escolar dos sujeitos, uma vez que na escola é comum que os professores assumam um certo papel de tutor que supervisiona, relembra e cobra as atividades, especialmente nos casos onde o aluno vivencia repetências e constantemente é remanejado para salas com turmas de menor idade. Assim, foi detectada necessidade de auxílio na organização e estabelecimento de uma rotina de estudos, fazendo-se importante ressaltar que é comum que os estudantes com e sem deficiência vivenciem dificuldades em adaptar-se à forma de funcionamento da universidade que é bastante diversa da escola regular. A co-responsabilização,



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

igualmente, parece ser um caminho desejável no trabalho com a inclusão, percebeu-se que as reuniões para diálogo “sobre” e “com” os atendidos auxilia na compreensão dos desafios a serem enfrentados. Foram realizadas reuniões com familiares, coordenações, docentes e técnicos dos cursos dos apoiados. Em relação aos profissionais envolvidos, percebeu-se que, embora o contexto seja do ensino superior que tecnicamente está configurado como um espaço de produção e avanços científicos, ainda assim, vivenciam-se grandes barreiras para a inclusão real, porque não se forma pessoas para trabalhar com a inclusão. A experiência relatada tem levado a refletir que a lógica produtivista exclui aqueles que não se adequam instantaneamente ao padrão estabelecido. Apesar da disponibilização de muitos em tentar compreender as diferenças nas formas e ritmos de aprendizados de cada aluno, a racionalidade geral avaliativa, didática, e os próprios currículos continuam os mesmos, sendo relevante ponderar que formato conteudista, abundantemente presente nas universidades, se apresenta como um desafio para a inclusão, isso porque ao sentenciar que determinados assuntos sejam ensinados em um recorte de tempo específico, desrespeita a realidade temporal de aprendizagem do aluno, inviabilizando que o aluno seja estimulado de diferentes maneiras. Faz necessário observar que o movimento de exclusão parece funcionar num esquema de retroalimentação. A universidade tem dificuldades de trabalhar e ensinar de um modo inclusivo, produzindo profissionais que reproduzem a exclusão em seus mais diversos espaços de atuação, tal qual é feito na sociedade em geral, por isso é fundamentável compreender que o problema é social e que ele se reproduz nas pequenas unidades que compõem a sociedade. A recente experiência permite atentar, por exemplo, que diante da necessidade de adaptação de conteúdos, parece haver uma linha muito tênue que gera confusão na compreensão da diferença de adaptar pedagogicamente um conteúdo para permitir o acesso à aprendizagem (principalmente quando existe comprometimento intelectual) e de propor atividades que tão só integrem os alunos deficientes ao grupo (“quando e se forem integrados”) sem de fato produzir inclusão e o desenvolvimento esperado dentro de sua graduação. Em que pese ainda não seja possível verificar grandes progressos efetivos, têm parecido profícuas as intervenções desenvolvidas pelas apoiadoras, sobretudo em virtude do constante contato permitido pelos atendimentos aos alunos acompanhados que possibilita perceber necessidades que nem sempre tem ligação com a deficiência que o trouxe ao serviço,



**IV Congresso de Educação do CPAN**  
**III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN**  
*'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'*

mas, que igualmente dificultam a aprendizagem, como as habilidades sociais, interação social dos acadêmicos, dificuldades familiares, habilidades básicas do cotidiano de um universitário, questões de saúde, sociais e/ou psicológicas e outras situações que podem necessitar de um apoio mais específico, ainda que nem sempre todas as demandas possam ser atendidas universidade, é possível o papel de mediação junto às políticas públicas locais.

Dito isso, é imprescindível que trabalho com a inclusão, não compreenda as deficiências e possíveis necessidades educacionais especiais como fenômenos circunscritos ao campo individual, é responsável reconhecer que a deficiências, problemas e insuficiências se concentram muito mais em termos sociais e institucionais, sendo papel dessas instâncias a reconstrução dos processos educativos, significando, portanto, que a formação é um ponto crucial para transformação na educação, espaço no qual se deve prosseguir com questionamentos, não de modos taxativos sobre a capacidade individual, mas sobre como possibilitar o desenvolvimento respeitando cada sujeito em suas características e necessidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; Ensino Superior; apoio educacional; acessibilidade.